

**RESUMO:** Em 2008, o presidente sul-coreano Lee Myung-Bak afirmou que o desenvolvimento do país, a partir dali, seria pautado por uma lógica de crescimento verde, estando a expansão da energia nuclear incluída nisso. Desde então, o país tem buscado desenvolver estruturas energéticas sustentáveis, entretanto, conflitos de interesse sobre quais fontes energéticas adotadas seriam as mais apropriadas para a transição energética tem afetado esse processo. Assim, são analisadas neste trabalho as políticas de transição energética, com foco na energia nuclear, e sua relação com as lógicas de crescimento verde adotadas no governo de Lee Myung-Bak (2008-2012) e Moon Jae-In (2017-2021).

**PALVRAS CHAVE:** Transição Energética; Coreia do Sul; Energia Nuclear; Estado Desenvolvimentista; Potências médias.

Amanda Diana Rodrigues da Ponte, graduada em Relações Econômicas Internacionais, UFMG.

**Área Temática:** Relações Econômicas Internacionais

**Título:** Transição Energética na Coreia do Sul: Uma análise de dois níveis das políticas energéticas do governo de Lee Myung-Bak e Moon Jae-In

# 1 INTRODUÇÃO

O desenvolvimento sul-coreano foi e ainda é extensamente estudado, em razão do rápido crescimento econômico do país e do papel que fatores sociais e a atuação do Estado tiveram na implementação de políticas de *catch-up*, que tornaram o país um exemplo de desenvolvimento tardio (YOON; DE SOUZA, 2001). No entanto, o crescimento econômico do país não ocorreu sem custos ao meio ambiente. Em 2021, a Coreia do Sul, cujo PIB é o 10º maior do mundo (WORLD BANK, c2023a), foi considerado o 8º maior emissor de CO<sub>2</sub> (626,800 Mton) (WORLD BANK, c2023b).

Como uma alternativa para diminuir seu nível de emissões de GEE, a Coreia do Sul, que importa cerca de 94,8% dos recursos naturais e da energia que consome, tem buscado alterar a estrutura de sua matriz energética (MINISTRY OF FOREIGN AFFAIRS, c2023). Um dos motivos para essa busca por mudança está associado ao fato de que a demanda de energia do país cresceu significativamente a partir da década de 1990, o que tornou esse estado o 8º maior consumidor de energia do mundo (MOFA, c2023). Esse processo aprofundou o debate sobre segurança energética na Coreia do Sul, que é um país caracterizado pela falta de espaços físicos adequados para a produção interna de energia.

Essa busca por mudanças foi consolidada em 2008 quando o então presidente da Coreia do Sul, Lee Myung-bak, declarou que, a partir daquele momento, o crescimento do país seria regulado por uma lógica de crescimento verde (*Green Growth*) (CHOI, 2012). Essa nova filosofia de crescimento passaria a pautar todas as políticas econômicas adotadas em seu governo, permitindo que o país abandonasse sua abordagem de crescimento “marrom” (*Brown Growth*). O presidente definiu ainda que o país iria diminuir suas emissões de gases de efeito estufa (GEE) em cerca de 30% até 2020, meta essa que seria alcançada, em parte, pelo aumento da produção de energias renováveis, que deveriam chegar a 11% da matriz energética do país em 2030 (KALINOWSKI, 2021; KIM; CHUNG, 2018). Dentre as políticas de transição energética adotadas no governo de Lee, uma das principais, mesmo após o acidente de Fukushima, em 2011, foi a expansão da produção de energia nuclear. Após o fim de seu governo, outras perspectivas de crescimento verde e transição energética foram adotadas por sua sucessora Park Geun-Hye (2013-2016), no entanto, foi somente no governo de Moon Jae-In (2017-2022) que grupos contrários à expansão de energia nuclear no mix energético passaram a ganhar mais liderança no *policy-making*.

Quando observamos as fontes de emissão relacionadas a energia na Coreia do Sul hoje, cerca de 54,7% delas advém da geração eletricidade e calor, 16,8% do transporte, 11,9% das indústrias e 5,7% do consumo residencial, com o carvão, o petróleo e o gás natural representando 52%, 26,2% e 18,8%, respectivamente, do total de emissões relacionadas a combustíveis (INTERNATIONAL ENERGY AGENCY, 2020). Ademais, a matriz energética da Coreia do Sul é composta, principalmente pelo consumo de petróleo e carvão, que representam 38,01% e 25,85%, respectivamente, da Oferta Primária Total de Energia (*Total Primary Energy Supply* ou TPES, em inglês) do país, enquanto gás natural (18,70%) e energia nuclear (14,19%) ficam em terceiro e quarto lugar, respectivamente<sup>1</sup> (IEA, 2020). Já as energias renováveis, como eólica e solar, e biomassas representam somente 0,95% e 2,2% do TPES (IEA, 2020), o que torna a Coreia do Sul o país da OCDE com a menor percentual de energia renovável no grupo (KOC; BULUS, 2020).

Mesmo representando somente cerca de 15% do TPES, a energia nuclear é o foco de diversos debates na Coreia do Sul. Por um lado temos uma elite que apoia a expansão da energia nuclear por ser mais barata que outras fontes de energia renovável e por questões de segurança nacional e por outro lado existem grupos que consideram ela uma fonte instável e

---

<sup>1</sup> Dados de 2021.

passiva de acidentes.

Com isso em mente, dada a importância para o nível de emissões mundiais do consumo e da produção de energia na Coreia do Sul, é analisado neste trabalho as políticas de transição energética do país, com um foco maior na energia nuclear, e sua relação com a lógica de *green growth*, adotada no governo de Lee Myung-Bak e a lógica de desenvolvimento sustentável adotada no governo de Moon Jae-in. Levando em consideração os conflitos de interesse existentes a nível doméstico e a influência de questões internacionais no desenvolvimento dessas políticas, este trabalho segue uma metodologia de estudo de caso baseada na teoria de Robert Putnam de Jogos de Dois Níveis, que examina a influência de fatores nacionais e internacionais na definição do *win-set* e na atuação internacional dos países. Além disso, na esfera doméstica são analisadas outras teorias que possivelmente influenciam na posição atual da Coreia, como a teoria do estado desenvolvimentista asiático e de diplomacia de potência média.

O argumento central presente neste trabalho consiste em afirmar que os conflitos de interesse domésticos, que ainda são, de certa forma, condicionados pelo remanescente estado desenvolvimentista sul-coreano e a busca por segurança nacional, são responsáveis pela formação das políticas energéticas e ambientais do país, que são caracterizadas por um certo grau de instabilidade. Isso ocorre tanto em razão de disputas internas entre a elite nuclear e grupos que defendem outras alternativas para a transição energética, quanto pelo próprio processo de mudança na liderança do poder executivo sul-coreano. Esta instabilidade associada a fatores externos, como a pressão de outros países para a diminuição das emissões de GEE sul-coreanas e questões geopolíticas, como disputas entre EUA de um lado e China/Coreia do Norte do outro, implicam em uma atuação oscilante da Coreia do Sul, com a atuação do país no nível nacional e no internacional, por vezes, divergindo. Esta atitude consiste, assim, de uma adoção pelo país de uma posição pró-transição energética e pró-cooperação ambiental a nível internacional, mas ainda sem diminuir suas emissões de GEE, aumentar, de forma significativa, seu percentual de energia renovável na matriz energética ou definir uma política consistente sobre a produção de energia nuclear.

A primeira parte deste artigo trata-se de uma revisão da literatura da teoria de jogos de dois níveis de Robert Putnam, do modelo desenvolvimentista associado ao Leste Asiático. Já a segunda parte observa o nível doméstico e o processo de definição dos interesses e do campo de atuação interno. Além disso, são examinadas também as interações do nível doméstico com o nível internacional e como elas culminaram nas políticas adotadas pelos governos de Lee Myung-Bak (2008-2013) e Moon Jae-In (2017-2022). A terceira parte trata do nível internacional, na qual é feita uma análise da atuação da Coreia do Sul, no que tange sua posição como potência média. Por fim, na conclusão é analisada as consequências das interações entre os dois níveis para a transição energética e a produção de energia nuclear na Coreia do Sul.

## **2 REVISÃO DE LITERATURA: PUTNAM, O ESTADO DESENVOLVIMENTISTA E A TRANSIÇÃO ENERGÉTICA**

### **2.1 Jogos de Dois Níveis**

No verão de 1988, Robert Putnam publicou “*Diplomacy and domestic politics: the logic of two-level games*”, seu artigo que examina a conexão entre as esferas doméstica e internacional. Para o autor, não há dúvidas de que a política nacional tem a capacidade de influenciar o *policy-making* internacional e afirma que, na realidade, a pergunta feita por

pesquisadores deve estar voltada para “quando” e “como” esse *policy-making* e as discussões internas a um país influenciam nas políticas e acordos internacionais.

Ao observar as discussões e as políticas adotadas durante a *Bonn Summit Conference*, ocorrida em 1978, Putnam tira duas conclusões: A primeira delas seria que o relacionamento entre os dois níveis faz com que estados adotem políticas que não seriam adotadas na ausência de negociações e da cooperação internacional. Em segundo lugar, só se torna possível que essas políticas propostas a nível internacional sejam adotadas internamente porque existem grupos no nível doméstico que apoiam as mudanças sugeridas na esfera internacional (PUTNAM, 1988). Isso não significaria, no entanto, que somente grupos nacionais podem afetar as políticas de um país. Como descreve Putnam, é possível ainda que as pressões internacionais reverberem no nível doméstico, alterando os interesses nacionais, tanto de forma negativa quanto positiva para a assinatura de acordos (PUTNAM, 1988).

Além disso, Putnam argumenta que observar a atuação dos líderes e outros agentes do poder executivo é central para compreender as políticas adotadas, pois esses indivíduos estão expostos aos dois níveis, o que não significa, no entanto, que a posição do estado está sempre unificada internamente. Pelo contrário, é importante que o pesquisador compreenda também a lógica de funcionamento do país estudado, como o processo de *policy-making* é definido e quem são os grupos responsáveis pela definição de políticas como, por exemplo, os partidos, o mercado, a sociedade civil, as comunidades epistêmicas e outros que estejam inseridos nesse processo decisório (PUTNAM, 1988).

Observando a lógica desse processo decisório, Putnam afirma que, no nível internacional, ou nível I, os estados defendem seus interesses - que são definidos no âmbito interno, ou nível II, por meio de um processo de discussões e coalizões entre os grupos nacionais (PUTNAM, 1988). Para Putnam estes interesses estão intimamente conectados com o conceito de *win-set*, definido como todas as possibilidades de acordos oferecidos no Nível I que seriam aceitos e implementados no Nível II. Nesse sentido, diversos fatores podem afetar o *win-set* de um país, como a popularidade do líder central, a inserção ou não de vários grupos de interesse no debate político, se o partido do líder possui ou não maioria no legislativo, entre outras questões (PUTNAM, 1988). No entanto, é importante que se tenha em mente que um acordo será assinado somente se os *win-sets* dos países incluídos na discussão se coincidirem e, dessa forma, quanto menor for o *win-set* de um estado mais difícil será a assinatura de um acordo.

## 2. 2 A teoria do estado desenvolvimentista asiático

A noção de um estado desenvolvimentista e sua relação com o processo de industrialização e crescimento dos chamados “Tigres Asiáticos” (Coreia do Sul, Singapura e Taiwan) e do Japão foi alvo de diversas discussões durante as décadas de 1980 e 1990. Um dos primeiros pesquisadores a cunhar o termo “estado desenvolvimentista”, no que tange o desenvolvimento dos países do Leste Asiático, foi Chalmers Johnson em seu livro *MITI and the Japanese Miracle*, de 1982, no qual o autor discute o papel das burocracias estatais no processo de *catch-up* do Japão.

Em seu livro, Johnson (1999) descreve o estado desenvolvimentista como um que não somente regula o desenvolvimento do país, como também lidera esse processo. De acordo com o autor, essa atuação vai muito além de uma simples intervenção regulatória na economia, dado que muitos países, inclusive os EUA, teriam adotado políticas mais simples de natureza regulatória durante seu período de desenvolvimento. O estado desenvolvimentista é, então, caracterizado como um estado que determina e seleciona as indústrias centrais para o crescimento, por meio da construção de uma estrutura de política

industrial detalhada (JOHNSON, 1999). Através dessa estrutura, torna-se o responsável também por designar o melhor método para desenvolver as indústrias escolhidas da maneira mais rápida possível, e regula a competição nestes setores estratégicos, com o intuito de manter o sistema estável e eficiente (JOHNSON, 1999).

No que tange elementos importantes desse tipo de estado, Johnson (1982) afirma que a atuação dele costuma ser liderada por uma burocracia estatal organizada e forte, que é normalmente formada pelos melhores talentos do país, enquanto o legislativo e o judiciário funcionam como uma válvula de segurança, não atuando tão diretamente nesse processo. Um segundo elemento desse estado trata-se do fato de que a burocracia geralmente possui liberdade e autonomia suficiente para adotar as práticas escolhidas, sem ser subjugada pelos interesses do mercado ou de outros grupos da sociedade (JOHNSON, 1982). Com isso em mente, essa burocracia costuma ter um forte controle do setor financeiro, a fim de coordenar os investimentos direcionados às indústrias consideradas estratégicas para o desenvolvimento (GUIMARÃES, 2010). Além disso, um terceiro elemento característico desse processo de desenvolvimento liderado pelo estado é a existência de uma agência-piloto (JOHNSON, 1982).

No caso coreano, a agência responsável pelo desenvolvimento das indústrias foi o *Economic Planning Board* (EPB) (KIM, 1992; GUIMARÃES, 2010). Kim (1992) descreve como o EPB teria construído uma espécie de fórum político unificado que permitia a integração e o contato de grupos dominantes da sociedade e de outras agências públicas. Dada a autonomia do EPB para definir políticas de desenvolvimento e financiar indústrias específicas da economia coreana, esse espaço integrado teria permitido à agência lidar com os diferentes interesses de grupos relevantes e utilizá-los a seu favor em políticas, equilibrando os conflitos dentro do estado e da sociedade (KIM, 1992). Na prática, no caso coreano, o EPB tornou-se o responsável pelo controle do orçamento interno e dos investimentos externos, o que conferia à agência total liberdade para formular a agenda do país (KIM, 1992). De acordo com Kim (1992), a agência adquiriu esse poder possivelmente devido seu alto nível de centralização interna, por possuir diversos aliados em outras agências estatais, por estar em uma posição que os permitia recrutar agentes de qualidade e por ser um ministério que lidava com questões centrais para a manutenção do país.

Guimarães (2010) afirma que o crescimento na importância e na influência dos *chaebols* ao longo das décadas de 1970 e 1980 passou a criar rachaduras no processo decisório estatal, especialmente após a instauração da democracia no país em 1988. O processo democrático no país teria conferido maior espaço para outros grupos de interesse interagirem na política e diminuído a influência das burocracias estatais (GUIMARÃES, 2010). De acordo com Guimarães (2010), Essas rachaduras, em conjunto da ausência de estruturas de regulamentação fortes e do processo de desregulamentação do sistema financeiro teriam sido componentes essenciais para a crise de 1997, um evento que para muitos pesquisadores de EPI marca o fim do estado desenvolvimentista na Coreia do Sul.

Para Weiss (2011), no entanto, as experiências passadas e atuais dos países do Leste Asiático evidenciam, na realidade, a persistência da atuação estatal inclusive nas políticas de inovação atuais. A autora afirma, então, que três erros por parte de pesquisadores fizeram com que eles passassem a declarar a morte do estado desenvolvimentista: O primeiro destes erros teria sido confundir a ideia geral do modelo desenvolvimentista com a experiência específica da Coreia do Sul durante a década de 1970, que foi caracterizada por um governo autoritário, com um *policy-making* centralizado. A consequência desse processo está relacionada ao segundo erro, no qual os pesquisadores teriam dificuldade de separar a teoria do estado desenvolvimentista com a prática, o que fez com esses pesquisadores assumissem que qualquer discrepância da realidade em relação ao modelo que estavam acostumados significaria o fim do estado desenvolvimentista. Por fim, o terceiro erro seria não levar em

consideração uma das características mais importantes desse modelo: O foco no desenvolvimento de indústrias específicas para atingir objetivos específicos, como a segurança nacional e a independência, não sendo o foco o crescimento econômico por si mesmo, mas a forma como esse crescimento irá auxiliar os países a atingirem seus objetivos (WEISS, 2011).

Dessa forma, para Weiss (2011), quando levamos em consideração esses erros, torna-se possível argumentar que a atuação do estado desenvolvimentista na Coreia do Sul continuaria a existir, mesmo que com algumas mudanças que estão conectadas ao processo de democratização, que permitiram a maior inserção de atores não-estatais, a globalização, que aumentou a competição da Coreia do Sul com outros países e aumentou as pressões internacionais, e a mudança de políticas industriais de *catch-up* para políticas de inovação.

### 3 AS TEORIAS SOBRE POLÍTICAS ENERGÉTICAS E AMBIENTAIS NA COREIA DO SUL

Ao analisarem as motivações por trás das políticas ambientais adotadas por Lee Myung-Bak (2009-2013) e Park Geun-Hye (2013-2016), Kim e Thurbon (2015) afirmam que as políticas ambientais da Coreia do Sul devem ser vistas como uma extensão da filosofia de estado desenvolvimentista do país, que, como visto anteriormente, está associada a um *policy-making* liderado pelas elites políticas do país. Para os autores, a decisão de adotar políticas de crescimento verde seria, dessa forma, um reflexo da priorização pelas elites econômicas e burocráticas do país desse tipo de política.

Kim e Thurbon (2015) descrevem ainda que, historicamente, a elite política sul-coreana visualizou questões econômicas e questões ambientais como conflitantes, o que em um estado desenvolvimentista tornou-se um tópico ainda mais delicado, dado que esses estados são caracterizados por uma visão inerentemente política da economia, que é vista como um espaço de promoção da segurança nacional e da independência da nação. Essa visão das elites conectado à busca por segurança nacional teria gerado diferentes tipos de abordagens de desenvolvimento na Coreia do Sul desde o início de seu processo de *catch-up* na década de 1960 (KIM; THURBON, 2015). Como descrevem os autores, até a década de 1990, o foco principal do desenvolvimento sul-coreano tratava-se da expansão das indústrias de base, por meio da proteção e do incentivo aos grandes conglomerados do país, os *chaebols*. Após a crise de 1997, no entanto, o foco teria passado a ser no desenvolvimento de tecnologias e na inovação, com o *green growth* sendo considerando seriamente somente a partir de 2008 (KIM; THURBON, 2015). É importante afirmar, no entanto, que tanto durante o período de desenvolvimento das indústrias de base, quanto durante o processo de produção de novas tecnologias, as indústrias sul-coreanas eram caracterizadas por um uso intensivo de energia, sendo dependentes especialmente do petróleo e carvão para o seu abastecimento e a sua expansão (KIM; THURBON, 2015). Essa utilização dos combustíveis fósseis, que eram considerados centrais para o desenvolvimento, fazia com que políticas que priorizassem o meio ambiente fossem vistas como contrárias aos objetivos de desenvolvimento do país (KIM; THURBON, 2015). No entanto, com o aumento dos preços internacionais dos combustíveis fósseis durante o início dos anos 2000 e o crescimento da insegurança energética, outras opções de políticas teriam passado a ser consideradas pelas elites políticas, com o intuito de permitir que o país continuasse seu desenvolvimento sem depender tão profundamente das importações (KIM; THURBON, 2015). Os autores afirmam, dessa forma, que durante os anos 2000 os *policymakers* sul-coreanos teriam passado a entender a ideia de crescimento econômico como complementar ao desenvolvimento de tecnologias verdes e a transição energética, o que teria resultado na adoção dessa lógica de desenvolvimento.

No entanto, apesar de Kim e Thurbon (2015) discutirem, em parte, a perda de uma parcela da influência do estado em relação ao mercado após o processo de democratização do país e do advento da globalização, Kalinowski (2021) analisa essa questão de maneira mais profunda, levando em consideração a capacidade e as limitações desse modelo de atuação estatal em um mundo globalizado. De acordo com o autor, após a crise de 1997, teria sido possível visualizar uma diminuição na capacidade do estado desenvolvimentista de liderar completamente as ações adotadas em certos setores do país.

Para Kalinowski (2021), essa nova configuração do estado desenvolvimentista - agora chamado de estado neodesenvolvimentista - mantém certas características associadas ao estado desenvolvimentista, como, por exemplo, a ideia de que o desenvolvimento funciona como um impulsionador da segurança nacional, e a existência de estruturas burocráticas que organizam o funcionamento das políticas de desenvolvimento, estruturas essas que são lideradas por experts e que possuem uma visão específica de como o desenvolvimento deve ser atingido (KALINOWSKI, 2021; KIM; THURBON, 2015).

Contudo, como descreve Kalinowski (2021), o estado neodesenvolvimentista não mais consegue influenciar completamente o planejamento macroeconômico, pois o processo de democratização do país permitiu uma maior inserção de agentes não estatais no processo decisório, o que, por sua vez teria descentralizado as estruturas de governança. Um exemplo disso seria o fato de que, a partir do *green growth*, apesar da influência de agências e ministérios como o *Presidential Committee on Green Growth* (PCGG) durante o governo de Lee, o Ministério de Comércio, Indústria e Energia (*Ministry of Trade, Industry and Energy*) e o Ministério do Meio Ambiente (*Ministry of Environment*), no governo de Park e Moon, essas estruturas não possuem uma capacidade direta de definir os investimentos do país, que hoje se encontra sob a liderança do *Ministry of Economy and Finance* (KALINOWSKI, 2021). Como descrito anteriormente, durante o período de industrialização, o EPB tinha não somente poder para definir as políticas de desenvolvimento que seriam adotadas, como também possuía influência na definição dos investimentos que seriam feitos a um setor ou outro (KIM; THURBON, 2015; KIM, 1992).

Dessa forma, para Kalinowski (2021), a influência do estado neodesenvolvimentista seria limitada a setores específicos, nos quais o mercado é mais fraco ou em setores nos quais existe uma pressão internacional para a adoção de certos tipos de política que o mercado parece não ser capaz ou não tem interesse em liderar. Para o autor, a área ambiental e o desenvolvimento de tecnologias verdes seria um desses casos, dado que no início dos anos 2000, as indústrias sul-coreanas encontravam-se atrasadas em relação a diversos outros países, no que se refere o desenvolvimento de tecnologias verdes, como carros elétricos e de aumento da produtividade energética, e energia renovável (KALINOWSKI, 2021; KIM; THURBON, 2015). Além disso, desde os anos 1990, a Coreia do Sul sofria pressões de outros países e organizações internacionais para que diminuísse suas emissões, e Lee teria utilizado dessas pressões, especialmente as feitas na COP15, em Copenhague, para argumentar em prol de políticas de *green growth* (KALINOWSKI, 2021).

O que observamos de comum tanto na visão de Kalinowski (2021) como na de Kim e Thurbon (2015) trata-se dessa ideia de liderança do estado no processo de crescimento verde, o que diferenciaria o caso sul-coreano dos países ocidentais durante esse momento. Com essa estrutura em mente, no próximo tópico será examinado de maneira mais profunda a interpretação sobre o desenvolvimento e as políticas adotadas pelos presidentes Lee Myung-Bak (2008-2013) e Moon Jae-In (2017-2022).

### **3.1 Lee Myung-Bak (2008-2012)**

Em 2009, Lee Myung-Bak, o recém-eleito presidente da Coreia do Sul, anunciou seu

novo plano de crescimento para o país. O *Low-Carbon, Green Growth* ou apenas *Green Growth* (Crescimento Verde) foi descrito como uma filosofia de desenvolvimento que não somente iria permitir ao país estimular o seu crescimento econômico por meio da adoção de políticas mais sustentáveis, como também diminuiria as emissões de Gases de Efeito Estufa (GEE), auxiliando, dessa forma, no processo de desaceleração das mudanças climáticas (KALINOWSKI, 2021; KIM; THURBON, 2015). Ao observar de maneira mais detalhada as políticas de crescimento verde adotadas por Lee, Kalinowski (2021) demonstra que os principais projetos de *green growth* do país durante esse momento tinham como objetivo promover a inovação e o desenvolvimento de tecnologias verdes, aumentando a produtividade e diminuindo a intensidade energética das indústrias do país. Além disso, esses projetos tinham como objetivo também fortalecer a produção e expandir o consumo de energia renovável, de energia nuclear e de gás natural, sendo essas duas últimas vistas como fontes mais limpas do que o carvão e o petróleo (LEE, 2021).

Como evidenciam Kim e Thurbon (2015), a discussão sobre crescimento verde foi iniciada, em grande parte, pelo secretário da presidência, Kim Sang-Hyup. Kim era secretário-chefe do “*National Future and Vision Office*”, um escritório cujo objetivo era identificar e organizar ações entre ministérios com o intuito de encontrar setores que oferecessem oportunidades de crescimento para o país (KIM; THURBON, 2015). Após diversos encontros com líderes locais, *think tanks* internacionais e outros *stakeholders* centrais, Kim teria chegado à conclusão de que o processo de mudanças climáticas ofereceria não somente um importante desafio para a Coreia do Sul no futuro, como também poderia ser visto como uma oportunidade de crescimento para o país naquele momento (KIM; THURBON, 2015). Dessa maneira, Kim teria sido responsável pela definição do crescimento verde como lógica central para o desenvolvimento do país, o que foi logo aceito por Lee, que, com o intuito de colocar esses objetivos em prática, em 2009, criou sua Comissão Presidencial para o Crescimento Verde (*Presidential Commission on Green Growth - PCGG*), uma agência central que tinha como objetivo desenvolver a estratégia nacional de crescimento, além de outras políticas relacionadas ao *green growth* (KIM; THURBON, 2015). De acordo com Kim e Thurbon (2015), a liderança do PCGG funcionou de maneira similar à coordenação do EPB, mesmo que o primeiro não fosse um ministério completo como no caso do EPB. Apesar de não possuir autoridade sobre o orçamento nacional, todas as responsabilidades de agências do executivo associadas à proteção ambiental e segurança energética passaram a fazer do PCGG (KIM; THURBON, 2015). Nesse sentido, o PCGG teria passado a possuir liberdade para coletar informações de forma independente, analisá-las e desenvolver políticas, de maneira a coordenar esse processo (KIM; THURBON, 2015).

Além disso, essa noção de crescimento verde como oportunidade associada ao desafio das mudanças climáticas estaria conectada, durante esse momento, com alguns fatores internos da Coreia do Sul, como a histórica insegurança energética do país e sua busca por independência, associada ao aumento dos preços de combustíveis fósseis e as pressões feitas ao país em fóruns internacionais para diminuir suas emissões de GEE (KALINOWSKI, 2021; KIM; THURBON, 2015). Como descrevem os autores, ao longo dos anos 2000, a importação de recursos energéticos se tornou um tema ainda delicado no país, dado o crescimento na demanda de combustíveis fósseis por outros países nos início dos anos 2000, o que causou um aumento significativo dos preços internacionais (KIM; THURBON, 2015). Nesse sentido, de acordo com Kim e Thurbon (2015), o governo de Lee teria feito uso extensivo da lógica de segurança energética no país para desenvolver novas tecnologias energéticas no país e diminuir sua dependência das importações (KIM; THURBON, 2015). Essas inseguranças teriam se refletido, dessa forma, na meta de aumento da oferta de energia renovável no país, e também na própria meta de redução de 30% das emissões, o que teria servido como base também para a introdução pelo governo do primeiro sistema de comércio de créditos de



carbono (ETS) na Ásia, em 2015, já no governo de Park Geun-Hye (KIM; THURBON, 2015; KALINOWSKI, 2021).

Podemos observar, dessa forma, que existia uma relação muito próxima entre o crescimento verde adotado pelo governo Lee, o processo de transição energética e o desenvolvimento de novas tecnologias. Nesse sentido, em 2009, o governo anunciou seu plano para aumentar o investimento em P&D de tecnologia verde no país para US\$1,8 bilhões, o dobro do valor gasto anteriormente (LEE, 2019). Kalinowski (2021) argumenta, no entanto, que o objetivo dessas políticas adotadas durante o governo de Lee, por estarem conectadas com a busca por segurança nacional, foi primariamente o crescimento econômico do país. Essa priorização do crescimento econômico refletiu-se em políticas e padrões de investimentos que auxiliaram no crescimento das exportações de tecnologias verdes e na diminuição do nível de emissões em alguns setores específicos, mas não alteraram profundamente os padrões internos de produção e consumo (KALINOWSKI, 2021). Entre 2010 e 2015, por exemplo, o percentual de combustíveis fósseis na TPES diminuiu menos de 1% (67,45% para 67,33%).

No que tange sua visão sobre a matriz energética do país, como descrito anteriormente, a administração de Lee Myung-Bak apoiava a expansão da energia nuclear, que era vista como uma opção para produção de energia limpa e transição energética no país (LEE, 2021). Durante seu governo, três agendas sobre a produção de energia nuclear, foram definidas: (i) Aumentar a autossuficiência energética através da expansão de energia nuclear (ii) Desenvolver novas fontes de energia que fossem renováveis e limpas; (iii) Expandir a exportação de tecnologias nuclear com o intuito de promover a cooperação com outros países importadores de energia (LEE, 2021). Nesse sentido, o presidente definiu que por meio do desenvolvimento de tecnologias verdes, o país alteraria a proporção entre o percentual de utilização de combustíveis fósseis para combustíveis não fósseis de 82% e 18%, em 2006, para 61% e 39%, em 2030 (LEE, 2021). Comprometeu-se ainda a construir novos locais para tratamento e descarte de resíduos nucleares e a aumentar a proporção de energia nuclear na matriz elétrica do país de 24,8%, em 2008, para 32,6% em 2022 (LEE, 2021).

Mesmo diante do acidente de Fukushima, que aconteceu em março de 2011, quando diversos países decidiram abandonar suas políticas de expansão de energia nuclear, a Coreia do Sul manteve seus planos de expansão da matriz energética nuclear (MOFA, 2011 *apud* O'DONNELL, 2013). Em respostas às críticas feitas por grupos antinucleares, a administração de Lee focou na promoção de estruturas de segurança e no desenvolvimento de legislações internas, com o intuito de melhor organizar a produção de energia nuclear, mas não abandonou seu objetivo de expansão dessa fonte (MOFA, 2013 *apud* O'DONNELL, 2013).

### **3.2 Moon Jae-In (2017-2022)**

Já no governo de Moon Jae-In, eleito em 2017 após o impeachment de Park Geun-Hye, foi possível notarmos uma volta maior das discussões sobre questões ambientais que haviam diminuído durante o governo de Park, mas sob o conceito de desenvolvimento sustentável visto em seu *Green New Deal* (HAN; LEE, 2023). De acordo com Cruz (2020), um dos motivos para a adoção do conceito de desenvolvimento sustentável ao invés de crescimento verde seria a diferenciação desses termos pelo governo Moon, sendo o segundo visto como uma lógica de desenvolvimento mais focada no crescimento econômico, enquanto o primeiro seria baseado em três pilares, a sustentabilidade ambiental, o crescimento econômico e a construção de uma sociedade inclusiva. Dessa forma, essa separação entre os dois conceitos teria feito com que Moon adotasse uma série de políticas que possuíam um cunho mais social, para além do cunho ambiental, como o processo de desnuclearização

(CRUZ, 2020).

Ademais, essa mudança estaria associada às críticas feitas a administração de Lee, que mesmo seguindo uma lógica de crescimento verde, teria focado no crescimento econômico em detrimento de questões ambientais (CRUZ, 2020). Em uma análise comparativa dos modelos adotados por Lee e Moon, Han e Lee (2023) afirmam que as políticas de crescimento verde de Lee enfatizaram mais a expansão da energia nuclear e da cooperação internacional, que era vista como um meio para a promoção das exportações das indústrias sul-coreanas, sendo esse modelo, dessa maneira, orientado para fora. Enquanto isso, o *Green New Deal* teria se voltado para as questões domésticas, buscando revitalizar a economia do país por meio do aumento dos gastos públicos em energia renovável e em outras tecnologias verdes durante a pandemia de Covid-19 (HAN; LEE, 2023).

No que diz respeito a decisão de Moon de desnuclearizar a matriz energética do país, para Lee (2021), comparado a outras fontes de energia como a energia solar ou a eólica e até mesmo os combustíveis fósseis, a energia nuclear é um alvo muito maior de controvérsias e discussões. Apesar de muitas pessoas defenderem que a energia nuclear poderia auxiliar países a diminuir suas emissões de GEE, especialmente países que possuem condições naturais similares a da Coreia do Sul, outros grupos e pesquisadores afirmam que o uso de energia nuclear não é uma opção sustentável a longo prazo, em razão dos resíduos radioativos gerados pela produção desse tipo de energia e dos perigos associados a acidentes em plantas nucleares (LEE, 2021). Assim, vemos Lee Myung-Bak de um lado defendendo a expansão do percentual de energia nuclear na matriz energética sul-coreana por sua capacidade de tornar a energia mais limpa e por também auxiliar no crescimento econômico através da exportação de tecnologias, e Moon Jae-In em uma posição contrária, defendendo a desnuclearização (LEE, 2021). De acordo com Lee, a questão nuclear na Coreia do Sul teria se tornado ainda mais delicada em razão do crescimento da importância dessa fonte durante os anos 2000 nos governos de Lee e Park Geun-Hye, o que teria tornado o país uma espécie de estado desenvolvimentista nuclear. Como descreve Lee (2011), o estado desenvolvimentista nuclear seria caracterizado pela existência de coalizões formadas por políticos, burocratas e a indústria, com intuito de promover a expansão desse modelo de energia tanto internamente, quanto externamente por meio das exportações (LEE, 2021). Nesse sentido, o papel de experts e comunidades epistêmicas políticas, como define o autor, seria de oferecer conhecimento e uma racionalização dos motivos para essa expansão (LEE, 2021). Já no que tange a forma como essas políticas são adotadas, mesmo que essa coalizão nuclear tenha que enfrentar grupos que são contrários a essa expansão, por esses grupos não estarem incluídos dentro do processo decisório da mesma forma que os apoiadores, dada a centralização do processo de definição de políticas característico de um estado desenvolvimentista, eles tendem a ter uma influência menor (LEE, 2021).

Em oposição a esse estado desenvolvimentista nuclear, Lee (2021) define também a existência de uma coalizão pró transição energética ou um estado desenvolvimentista de transição energética. Nesse caso, políticos e burocratas se organizam de forma a apoiar produtores de energia renovável, não mais produtores de energia nuclear e esse processo vem acompanhado também da inclusão de outras comunidades epistêmicas no processo político (LEE, 2021). É importante que tenhamos em mente que a coalizão antinuclear continua a funcionar como um estado desenvolvimentista, centralizando o processo decisório em agências burocráticas, mesmo que defendendo a noção de uma sociedade mais inclusiva (LEE, 2021).

Como demonstra Lee (2021), diversos dos secretários, ministros e líderes do governo de Lee e Moon compartilhavam das visões de seus respectivos presidentes sobre o processo de transição energética. Baek Woon-Kyu, que foi o ministro do comércio, indústria e energia (*Minister of Trade, Industry, and Energy*) do governo de Moon, por exemplo, é um professor

na Hanyang University, especializado em energia renovável. Além disso, tanto o primeiro ministro quanto o vice-ministro do Ministério de Meio Ambiente do governo de Moon, Kim Eun-Kyung e An Byoun-Gok, possuíam experiências anteriores com ONGs e outros movimentos ambientais (LEE, 2021).

De acordo com Kalinowski (2021), a coalizão anti-nuclear de Moon, no entanto, não teria conseguido atingir todos os seus objetivos. Quando o presidente realizou uma pesquisa com o intuito de deliberar se a construção das usinas Kori nº 5 e 6, que já estavam com sua construção quase em 10%, deveria continuar, 59,9% dos participantes votaram a favor da continuação da construção da usina. Moon, que havia afirmado que acataria a decisão da pesquisa, foi extremamente criticado por grupos antinucleares pela utilização da pesquisa como uma saída para voltar atrás em sua posição de desnuclearização (HUANG; CHEN; PARK, 2021). No entanto, após isso, Moon impediu a construção de seis novos reatores nucleares.

Como alternativa para a diminuição na produção de energia nuclear, Moon defendeu o aumento da produção de energia renovável no país. Em seu Plano Energético prometeu aumentar a quantidade de energia renovável na matriz energética do país para 20% até 2030 e diminuir a quantidade total de usinas nucleares utilizadas no país de 24, em 2017, para 18 em 2031 e 14 em 2038 (LEE, 2021). Além dessas metas, em julho de 2020, Moon Jae-In anunciou o *Green New Deal*, seu pacote de estímulo que tinha como objetivo minimizar o impacto do choque econômico da Covid-19 por meio da criação de empregos, do desenvolvimento de uma economia verde e da criação de estruturas sustentáveis para a economia sul-coreana não somente se adaptar à nova realidade pós Covid-19, como também liderar esse processo (LEE, 2019). Nesse sentido, cerca de US\$55 bilhões foram alocados para o *Green New Deal*, com o intuito de gerar cerca de 659 mil vagas de emprego.

## **4 ATUAÇÃO DA COREIA DO SUL NO NÍVEL INTERNACIONAL**

### **4.1 Coreia do Sul como uma potência média**

Em seu texto, Sohn (2020) descreve como nas últimas décadas, a Coreia do Sul tem atuado no nível internacional, de forma geral, por meio de uma lógica de potência média. De acordo com o autor, a noção de potência média é comumente associada por pesquisadores com questões geográficas, a capacidade econômica e a capacidade militar do país estudado. No entanto, este conceito está longe de ser um consenso, e para Sohn, a ideia de potência média baseada somente nesses fatores pode não levar em consideração, em diversos momentos, questões relacionais que também seriam centrais para compreensão de mudanças na atuação desses países (SOHN, 2020). Dessa forma, quem são e como agem potências médias estaria associado não somente com as capacidades materiais desses países, como também com questões exploradas em teorias construtivistas, como a noção de identidades e sua construção através do contato entre os países. Para o autor, potências médias possuem uma posição única no nível internacional, atuando, por vezes, como pontes entre outros atores, sejam eles grandes potências ou não. No que tange a atuação dessas potências, Sohn descreve,

As potências médias têm sido “convocadoras” entusiásticas, construindo coalizões para aumentar sua influência sobre os resultados internacionais. Dificilmente podem competir com grandes potências ao fazer alianças e acordos militares, mas podem ser especialmente adequadas para conectar atores na formação de redes em áreas

econômicas e em outras áreas. (SOHN, 2020, p.244, tradução nossa)<sup>2</sup>.

Nesse sentido, a Coreia do Sul poderia ser descrita como uma potência média, tanto em razão de sua posição geográfica (proximidade com China, Japão e Rússia) e de suas capacidades materiais, como também devido a fatores mais relacionais, como sua identidade de país recém-industrializado, que garante a Coreia do Sul um maior espaço de troca com outros países da região que ainda buscam se industrializar, e seu relacionamento complexo com a China, Japão e EUA, que pode permitir ao país atuar como um mediador em conflitos geopolíticos (SOHN, 2020). Dessa forma, essa posição estaria associada também com a crença dos próprios líderes do país em relação a esse papel da Coreia do Sul como mediadora e “mentora” dos países menos desenvolvidos, o que permitiria que, no nível internacional, o país atuasse como uma potência média (SOHN, 2020). No que tange a prática do país em relação a essa identidade, a Coreia do Sul atua com um enfoque em questões que não estão normalmente ligadas com questões de segurança, pelo menos de forma direta, operando principalmente nas esferas econômicas e em temáticas emergentes, estando dentre elas a questão ambiental e energética (SOHN, 2020).

#### *4.1.1 A complexa relação da Coreia do Sul com a China, a Coreia do Norte e os EUA e o processo de transição energética*

Como descrito anteriormente, uma das principais bases da lógica de potência média, trata-se da atuação do país como um mediador entre outros atores. No caso da Coreia do Sul, a possibilidade de atuação como um mediador entre a China e os EUA oferece ao país um de seus principais desafios e oportunidades (KIM, 2016; SOHN, 2020). No que tange os desafios, existe uma constante tensão para que os presidentes sul-coreanos atuem de maneira a não antagonizar os EUA ou a China (KIM, 2016). Essa questão, apesar de ser estudada tradicionalmente como uma temática de segurança, também está ligada com o processo de transição energética no país e questões ambientais, especialmente no que se refere à expansão da energia nuclear no país e a desnuclearização da Coreia do Norte, aliada da China, e disputas no mar do sul da China (MO, 2016). Não seria por acaso, por exemplo, que o atual presidente da Coreia do Sul, Yoon Seok-Yeol, que apoia a ampliação de energia nuclear na matriz energética do país, também esteja considerando o desenvolvimento de armas nucleares no país (CHOE, 2023b).

Além disso, apesar de ser um histórico parceiro política e comercial dos EUA, a Coreia do Sul também depende economicamente da China e de sua influência nos países do Sudeste Asiático, que são importantes exportadores de insumos e gás natural para a Coreia do Sul, dentre eles a Indonésia e a Malásia (IEA, 2023). Em maio de 2023, por exemplo, a Coreia do Sul, que importa da Indonésia grande parte do níquel utilizado para a produção de suas baterias elétricas, passou por uma situação delicada após investir cerca de U\$441 milhões em uma planta de fusão de níquel na Indonésia, investimento esse que seria utilizado para a produção e exportação de veículos elétricos sul-coreanos (DAVIES; SONG; RUEHL, 2023). O problema ocorreu, pois a maior parte do níquel produzido e processado na Indonésia é feito por companhias chinesas, e em razão do Ato de Redução de Inflação, de 2022, dos EUA, empresas de baterias estadunidenses só podem receber créditos de tributação se um certo percentual dos minérios utilizados em seus produtos tiverem sido produzidos

---

<sup>2</sup> “Middle powers have been enthusiastic “convener,” building coalitions to increase their influence over international outcomes. They can hardly compete with great powers in making military alliances and agreements, but they may be uniquely suited to connect actors in forming networks in economic and other areas”.

domesticamente ou por parceiros comerciais dos EUA, no qual existam acordos de livre-comércio (DAVIES; SONG; RUEHL, 2023). Dado o relacionamento dos EUA com a China, o fato do país não possuir um acordo de livre-comércio com a Indonésia e ter permitido somente 18 meses para que os produtores de bateria reorganizem sua cadeia de insumos, diversos investidores sul-coreanos ficaram com receio de perderem seus investimentos (DAVIES; SONG; RUEHL, 2023). Situações como essa, que são originadas em questões geopolíticas, acabam por afetar também a transição energética da Coreia do Sul e dificultam seu papel como mediador.

É possível observar também o relacionamento complexo entre a Coreia do Sul e a China quando analisamos o Secretariado de Cooperação Trilateral (TCS), uma das instituições de contato entre a China, a Coreia do Sul e o Japão mais antigas, tendo sido criada em 1999 (YEO, 2017). Apesar de encontros anuais por meio da Tripartite Environment Ministers Meeting (TEMM), muitas vezes liderados pela Coreia do Sul, nas quais são discutidas as ambições, os projetos ambientais adotados pelos países e a coordenação de certas políticas, o desafio de cooperação entre os países parece se manter (YEO, 2017). Como discute Moo (2016), devido às tensões entre os países, a Coreia do Sul, o Japão e a China parecem relutantes em abrir mão de sua soberania, o que dificulta o aprofundamento da cooperação e faz com que as trocas entre os países foquem em discussões de estabilidade, balança de poder e outras questões associadas ao *hard power*, não existindo, assim, um amplo espaço para discussões sobre políticas energéticas e ambientais.

Ao observar o site do TEMM, na qual são listados todos os temas e as discussões feitas nas conferências anuais, é possível argumentar que normalmente as reuniões são finalizadas com promessas pouco específicas e não-vinculantes sobre cooperação regional e desenvolvimento sustentável. Os textos de conclusão são caracterizados, normalmente, por expressões como “concordaram em estabelecer um diálogo”, “ocorreram discussões ativas”, como ocorreu em 2013, “os ministros reconheceram que os países devem cooperar”, em 2009, 2010 e 2017, e “os ministros enfatizaram a importância da implementação da Agenda 2030”, em 2016 (TEMM, c2023). É possível argumentar, dessa maneira, que apesar das tentativas de liderança da Coreia do Sul e de seu desenvolvimento de tecnologias verdes, as tensões entre EUA e China, para além das questões históricas da Coreia do Sul com o Japão e a China, dificultam a cooperação energética e ambiental entre esses países.

No que tange a energia nuclear, como descrevem Kim e Chung (2018), a estrutura de produção energética na Coreia do Sul é relativamente simples, sendo ela caracterizada pela liderança da estatal *Korea Electric Power Corporation* (KEPCO). Como descrevem Rand e Siegel (2020), a implementação da política de desnuclearização de Moon foi profundamente criticada pela companhia, dado que a KEPCO não somente se beneficia financeiramente da produção de energia nuclear internamente no país, como também das exportações de tecnologia e reatores para outros países. De acordo com os autores, em 2018, o presidente da companhia Kim Jong-Kap afirmou que, apesar da decisão de Moon, a companhia iria manter seus esforços de exportação da energia nuclear e outros projetos energéticos. A companhia, que é responsável pelos projetos de cooperação energética da Coreia do Sul com outros países como os Emirados Árabes Unidos, a Arábia Saudita, os EUA e que possui filiais em diversos países asiáticos, evidenciou esse interesse de continuar exportando tecnologia nuclear, em 2018, quando tentou adquirir o projeto anteriormente pertencente a empresa japonesa Toshiba NuGeneration de construção e desenvolvimento de três reatores nucleares no Reino Unido (RAND; SIEGEL, 2020).

#### 4.1.2 Interpretação dos presidentes sobre a posição sul-coreana

No que se refere sua atuação direta como uma potência média e apesar de sua importância no que tange a discussão ambiental no país, Lee Myung-Bak não foi o primeiro presidente a trabalhar a noção de Coreia do Sul como uma potência média (SOHN, 2020). No entanto, de acordo com Sohn (2020), é possível observar no mandato de Lee uma mudança de atuação em relação aos presidentes anteriores, por meio do desenvolvimento de uma noção de “Coreia Global”, pautada por uma percepção de que a liderança regional e outras aspirações geopolíticas seriam muito difíceis de serem alcançadas pelo país em um primeiro momento. Dessa maneira, durante o governo de Lee, parte do foco sobre o regionalismo teria sido transferido para fóruns multilaterais, como as Conferências das Partes (COPs). Além disso, a administração de Lee tornou o comércio internacional um dos principais componentes de sua política externa e, em 2011, o país restabeleceu suas relações bilaterais com os EUA, ratificando o Acordo de Livre Comércio (FTA) com o país (SOHN, 2020). Essa mudança para uma visão mais global estaria associada também com uma noção de que existe um componente econômico na política externa e que o comércio manteria o nível de crescimento do país (SOHN, 2020).

No que se diz respeito sua política externa durante o governo de Lee, a atuação do país estaria baseada, principalmente, na expertise técnica de seus burocratas e na noção de que existe um relacionamento entre o comércio internacional, o crescimento econômico e o desenvolvimento de tecnologias verdes (SOHN, 2020). Isso aproxima-se da análise feita também por Han e Lee (2023), que analisaram as diferenças entre o plano de *Green Growth* de Lee Myung-Bak e o *Green New Deal* de Moon. Dessa forma, para além da adoção de políticas de *green growth* internamente, a administração de Lee teria expandido também sua atuação internacional, por meio de projetos em outros países, incluindo países do Sudeste Asiático, o que aumentou a proporção entre a Ajuda Oficial ao Desenvolvimento (AOD) e a Renda Nacional Bruta (RNB) do país, saindo de 0,1%, em 2009, para 0,14%, em 2015 (SOHN, 2020, OCDE). Em seus discursos e de seus ministros durante as COPs, tornava-se claro o interesse do país de tornar-se sede do *Green Climate Fund*, do *Ministerial High Level Climate Change Conference* e da própria COP. Além disso, a criação do GGGI estaria relacionada também com esse interesse em atuar em temáticas mais emergentes, dado que o Instituto tem como objetivo promover pesquisas sobre crescimento verde e sua implementação, especialmente em países em desenvolvimento.

Já a política externa de Moon Jae-In teria se voltado mais para a questão da segurança, criando pontos entre Washington e Pyongyang (SOHN, 2020). Além disso, o ex-presidente também teria focado em duas políticas paralelas, uma de aproximação com os países da ASEAN e uma de aproximação com o Norte Asiático, incluindo a Coreia do Norte, Rússia e China (SOHN, 2020). No que se refere a ASEAN, o governo de Moon teria buscado contribuir com o desenvolvimento de capacidades em áreas como a de infraestruturas, combate ao terrorismo, segurança energética e mudanças climáticas (SOHN, 2020). Além disso, o presidente direcionou um valor considerável da AOD a energia renovável e a proteção do meio ambiente.

De forma geral, no entanto, as políticas energéticas e ambientais do país foram muito mais voltadas para o nível doméstico do que o internacional, especialmente durante e após a pandemia com a adoção do *Green New Deal* (HAN; LEE, 2023). No que tange sua política de desnuclearização, no entanto, o presidente foi criticado pela manutenção das exportações de energia nuclear e por até mesmo pedir ao primeiro-ministro, Andrej Babis, da República Tcheca, para aceitar a proposta de construir uma usina nuclear no país, enquanto defendia o fechamento de usinas nucleares a nível doméstico (KIM, 2018). Ademais, durante a administração de Moon, o governo sul-coreano direcionou cerca de US\$44 milhões para o desenvolvimento de tecnologias de desativação de usinas nucleares. No entanto, em razão do

desenvolvimento ainda inicial desse tipo de pesquisa, é esperado que o país só obtenha progresso nessa área daqui uma década, o que dificultaria qualquer plano de desnuclearização (RAND; SIEGEL, 2020). Além disso, mesmo no caso de compra dessa tecnologia pelo país, ao invés de seu desenvolvimento interno, o processo de desativação de uma usina nuclear possui altos custos - cerca de U\$469 bilhões - um orçamento que normalmente é adquirido pela usina durante seu período de funcionamento (RAND; SIEGEL, 2020). Com a desativação em um momento anterior a seu fim planejado, as usinas teriam que arcar com um alto valor que provavelmente não teriam em seu caixa.

Além disso, sob a atual legislação do país, plantas nucleares só podem ser desativadas quando o combustível nuclear utilizado tiver sido transportado e armazenado de maneira adequada em outra localização. Dada a situação delicada no país sobre os locais esses resíduos devem ser armazenados, essa questão conferiu mais um empecilho ao processo de desnuclearização do país (RAND; SIEGEL, 2020). Por fim, acordos do país com os EUA para o reprocessamento e reciclagem do combustível utilizado são outros fatores que criaram empecilhos para esse processo no governo de Moon.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A decisão do presidente Lee Myung-Bak (2008-2012) de empregar uma lógica de crescimento verde seguido das políticas adotadas por seus sucessores Park Geun-Hye (2013-2016) e Moon Jae-In (2017-2021) alteraram a forma como a Coreia do Sul se comporta como país e sua importância a nível internacional. Na esfera internacional, a Coreia do Sul tem sido vista, cada vez mais, como uma referência para inovação verde, atuando também como uma potência média em diversos assuntos, como questões econômicas e em outras temáticas emergentes, tal qual a cooperação ambiental e energética. Além disso, desde 2008, o país se tornou sede de importantes organizações como o *Green Climate Fund* e o *Global Green Growth Institute* e tem se tornado um dos principais exportadores de tecnologia verde, desenvolvendo painéis solares, baterias elétricas e tecnologia nuclear.

Contudo, apesar das políticas adotadas, a Coreia do Sul ainda está longe de se tornar um país pautado pelo crescimento sustentável, com uma matriz energética caracterizada pelo uso de energias renováveis. Apesar de suas metas de redução, entre 2008 e 2021, as emissões do país aumentaram cerca de 19,05%, o que tornou o país o 8º maior emissor de GEE do mundo (IEA, c2023; WORLD BANK, c2023c).

Ao longo deste trabalho foi argumentado que isso pode estar associado a uma instabilidade nas políticas de transição energética, especialmente no que tange a discussão sobre expansão ou não da energia nuclear. Essa instabilidade estaria associada a alguns fatores, como a manutenção da centralização do processo de definição das políticas energéticas pelas burocracias e pelo governo central, o que não somente dificulta a inserção da sociedade civil no processo decisório, como também aprofunda o já complexo relacionamento entre os governos, a KEPCO, e outras indústrias, dado que a capacidade de influência desses grupos tem crescido ao longo das últimas décadas.

Além disso, foi defendido que essa estrutura interna associada a fatores internacionais tem como consequência a construção das políticas energéticas domésticas e do *win-set* do país, que seria caracterizado por um certo grau de instabilidade. Como descreve Sohn (2020), a vontade de presidentes de distinguirem suas políticas das de seus antecessores torna-se um desafio para o desenvolvimento de políticas energéticas duradouras, o que também é exacerbado pela inexistência da possibilidade de reeleição no país. Assim, em geral, as políticas energéticas da Coreia do Sul são válidas somente por 5 anos, até que o presidente de um outro partido seja eleito.

Por fim, foi possível visualizar que a interação entre o *win-set* do país com sua identidade como potência média e com questões geopolíticas, como o relacionamento do país com os EUA, a China, o Japão e a Coreia do Norte, são os responsáveis pela atuação da Coreia do Sul a nível internacional. Em razão das pressões feitas sobre a Coreia do Sul para diminuir suas emissões e do papel do país de mediador, no que tange às tensões entre EUA e China, que são questões com uma maior resistência às mudanças, é possível observar uma maior estabilidade da atuação do país no nível internacional. Por vezes, os presidentes se aproximam mais dos EUA ou da China, buscando também a expansão ou da cooperação regional ou da multilateral, contudo, de maneira geral, o país atua, na esfera internacional, de forma a equilibrar esses diferentes interesses e praticar sua posição de potência média. Como consequência é possível visualizar, em certos momentos, divergências entre a atuação do país nos dois âmbitos políticos, no nível doméstico, sendo defendido a adoção de uma certa política, enquanto ela é ignorada pela política externa do país ou vice-versa. Essa posição dificulta profundamente a transição energética da Coreia do Sul e a criação de uma visão consistente sobre a produção de energia nuclear.



## Referências:

CHOE. Former South Korean President Ordered Back to Prison for Bribery. **NY Times**. 2020. Disponível em:

<https://www.nytimes.com/2020/10/29/world/asia/south-korea-president-bribery.html>. Acesso em: 16 jun. 2023

CHOI, Sang Dae. The green growth movement in the Republic of Korea: option or necessity. **Sustainable Development Network of The World Bank**, 2012.

CIVILLINI, Matteo. US backs Indonesian oil refinery despite pledge to end fossil fuel finance. **Climate Change News**. 2023. Disponível em:

<https://www.climatechangenews.com/2023/05/16/us-backs-indonesian-oil-refinery-despite-pledge-to-end-fossil-fuel-finance/#:~:text=US%20backs%20Indonesian%20oil%20refinery%20despite%20pledge%20to%20end%20fossil%20fuel%20finance,-Published%20on%2016&text=The%20US%20export%20credit%20agency%20has%20approved%20a%20loan%20worth,for%20overseas%20fossil%20fuel%20projects..> Acesso em: 16 jun. 2023

CLIMATE WATCH. **South Korea**. 2023. Disponível em:

<https://climateactiontracker.org/countries/south-korea/>. Acesso em: 16 de abr. 2023.

CRUZ, Karla Villalobos. Moon Jae-In's Strategy Amid Covid-19 Pandemic: Reviving the Green in the Korean New Deal. **Collection of Essays on Korea's Public Diplomacy: Possibilities and Future Outlook**, p. 315, 2020.

DAVIES; Christian. SONG; Jung-A RUEHL; Mercedes. Korea Inc's big battery bet on Indonesia at risk from US restrictions. **Financial Times**. 2023. Disponível em:

<https://www.ft.com/content/bf026121-7d97-47d9-8729-a6f78779c40e>. Acesso em: 16 jun. 2023

GUIMARÃES, Alexandre Queiroz. Estado e economia na Coreia do Sul-do estado desenvolvimentista à crise asiática e à recuperação posterior. **Brazilian Journal of Political Economy**, v. 30, p. 45-62, 2010.

HA, Yoon-Hee; BYRNE, John. The rise and fall of green growth: Korea's energy sector experiment and its lessons for sustainable energy policy. **Wiley Interdisciplinary Reviews: Energy and Environment**, v. 8, n. 4, p. e335, 2019.

HAN, Heejin; LEE, Taedong. Varieties of Green Stimulus Policies: Comparative Analysis of the Green Growth and Green New Deal Policies in South Korea. **The Journal of Environment & Development**, v. 32, n. 1, p. 61-82, 2023.

HUANG, Gillan Chi-Lun; CHEN, Rung-Yi; PARK, Byung-Bae. Democratic innovations as a party tool: A comparative analysis of nuclear energy public participation in Taiwan and South Korea. **Energy Policy**, v. 153, p. 112251, 2021.

INTERNATIONAL ENERGY AGENCY. 2020. **Korea 2020: Energy Policy Review**. Disponível em: <https://www.iea.org/reports/korea-2020>. Acesso em: 16 de abr. 2023.

INTERNATIONAL ENERGY AGENCY. c2023. **Korea**. Disponível em: <https://www.iea.org/countries/korea>. Acesso em: 16 de abr. 2023.

JOHNSON, Chalmers. **MITI and the Japanese miracle: the growth of industrial policy, 1925-1975**. Stanford university press, 1982.

JOHNSON, Chalmers. The Developmental State: Odyssey of a Concept. *In*: WOO-CUMINGS, Meredith (Ed.). **The developmental state**. Cornell University Press, 1999

KALINOWSKI, Thomas. The politics of climate change in a neo-developmental state: The case of South Korea. **International Political Science Review**, v. 42, n. 1, p. 48-63, 2021.

KIM, Byung-Kook. Economic Policy and the Economic Planning Board (EPB) in Korea. **Asian Affairs: An American Review**, v. 18, n. 4, p. 197-213, 1992.

KIM, Sung-Mi. **South Korea's middle-power diplomacy: Changes and challenges**. London: Chatham House, 2016.

KIM, Sung Chull; CHUNG, Yousun. Dynamics of nuclear power policy in the post-Fukushima era: interest structure and politicisation in Japan, Taiwan and Korea. **Asian Studies Review**, v. 42, n. 1, p. 107-124, 2018.

KIM, Sung-Young; THURBON, Elizabeth. Developmental environmentalism: Explaining South Korea's ambitious pursuit of green growth. **Politics & Society**, v. 43, n. 2, p. 213-240, 2015.

KOC, Suleyman; BULUS, Gokay Canberk. Testing validity of the EKC hypothesis in South Korea: role of renewable energy and trade openness. **Environmental Science and Pollution Research**, França, v. 27, n. 23, p. 29043-29054, 2020. Acesso em: 14 de jul. 2022.

LEE, Jae-Seung. Green growth in South Korea. *In*: **Handbook on green growth**. Edward Elgar Publishing, 2019. p. 343-360.

LEE, Taedong. From nuclear energy developmental state to energy transition in South Korea: The role of the political epistemic community. **Environmental Policy and Governance**, v. 31, n. 2, p. 82-93, 2021.

MINISTRY OF FOREIGN AFFAIRS. **Energy**. c2023. Disponível em: [https://www.mofa.go.kr/eng/wpge/m\\_5657/contents.do](https://www.mofa.go.kr/eng/wpge/m_5657/contents.do). Acesso em: 16 de abr. 2023

MINISTRY OF FOREIGN AFFAIRS. 2013. **COP19 Draws Up a Roadmap for Establishing a New Climate Regime by 2015**. Acesso em: 16 jun. 2023

MO, Jongryn. South Korea's middle power diplomacy: A case of growing compatibility between regional and global roles. **International Journal**, v. 71, n. 4, p. 587-607, 2016.

O'DONNELL, Jill Kosch. Nuclear Power in South Korea's Green Growth Strategy. **Green Growth Quarterly Update III-2013**, 2013.

PLATTE, James E. South Korea's Evolving Quest for Energy Security: Away from Fossil

Fuels and Back to Nuclear Power. **Journal of Indo-Pacific Affairs**, Air University Press. 2022. Disponível em: <https://www.airuniversity.af.edu/JIPA/Display/Article/3212609/south-koreas-evolving-quest-for-energy-security-away-from-fossil-fuels-and-back/>. Acesso em: 16 de abr. 2023

PUTNAM, Robert D. Diplomacy and domestic politics: the logic of two-level games. **International organization**, v. 42, n. 3, p. 427-460, 1988.

RAND, Lindsay; SIEGEL, Jonas. Nuclear energy's staying power in South Korea. **Asia Policy**, v. 15, n. 1, p. 83-104, 2020.

SOHN, Yul. ROK and the middle power diplomacy. In: **Routledge handbook of Korean politics and public administration**. Routledge, 2020. p. 242-256.

THE TRIPARTITE ENVIRONMENT MINISTERS MEETING. Bilateral/Regional Cooperation. c2023. Disponível em: <https://www.env.go.jp/earth/coop/coop/english/dialogue/temm.html> Acesso em: 16 jun. 2023

WEISS, Linda. A volta do Estado: aprendendo com os BIC? O Estado de transformação: volta, renovação, ou redescoberta?. **Desenvolvimento em debate**, v. 2, n. 1, p. 9-31, 2011.

WORLD BANK. **GDP (Current US\$)**. Washington, D.C: c2023. Disponível em: <https://data.worldbank.org/indicador/NY.GDP.MKTP.CD>. Acesso em: 21 de abr. 2023.

WORLD BANK. **CO2 emissions (kt)**. Washington, D.C: c2023. Disponível em: <https://data.worldbank.org/indicador/EN.ATM.CO2E.KT?locations=KR>. Acesso em: 21 de abr. 2023.

WORLD BANK. **Exports of goods and services (current US\$) - Korea, Rep.**. Washington, D.C: c2023. Disponível em: <https://data.worldbank.org/indicador/NE.EXP.GNFS.CD?locations=KR>. Acesso em: 16 de jun. 2023.

WOO-CUMINGS, Meredith. Introduction: Chalmers Johnson and the Politics of Nationalism and Development. In: WOO-CUMINGS, Meredith (Ed.). **The developmental state**. Cornell University Press, 1999.

YEO, Andrew I. China-Japan-Korea Trilateral Cooperation: Is It for Real?. **Georgetown Journal of International Affairs**, p. 69-76, 2017.

YEUNG, Henry Wai-chung. Rethinking the East Asian developmental state in its historical context: Finance, geopolitics and bureaucracy. **Area Development and Policy**, v. 2, n. 1, p. 1-23, 2017.

YOON, Taek Dong; DE SOUZA, Nali de Jesus. Uma análise empírica sobre os fatores do desenvolvimento econômico da Coreia do Sul: 1961-1990. **Estudos Econômicos**, São Paulo, v. 31, n. 2, p. 321-367, 2001. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/ee/article/view/117743>. Acesso em: 15 de jul. 2022.